

A POLITICA PARA AS MULHERES E AS MULHERES NA POLITICA COLOMBIANA

Eucaris Olaya

Universidade de La Salle de Bogotá (UNISALLE)

A POLITICA PARA AS MULHERES E AS MULHERES NA POLITICA COLOMBIANA

Resumo: Ao longo da história as mulheres têm se mobilizado, denunciado, emancipado e reivindicado direitos de cidadania. A conquista desses direitos representa uma das revoluções mais importantes da história da humanidade. Na Colômbia as mulheres sempre se fizeram presentes nas ações que defendiam os ideais de independência e soberania do território. Percorrer essa trajetória de organização, buscando elucidar a teoria política que alimenta o movimento de mulheres e feministas na Colômbia, revela-se como desafio do presente texto, procurando compreender quais os pressupostos que contribuíram para a institucionalização do discurso e a viabilização das políticas públicas para esse segmento social.

Palavras-chaves: Movimento de mulheres, direitos, cidadania, políticas públicas.

POLICY FOR WOMEN AND COLOMBIAN WOMEN IN POLITICS

Abstract: Throughout history women have been mobilized, denounced, emancipated and claimed rights of citizenship. The achievement of these rights is one of the most important revolutions in human history. In Colombia, women have always been present in the actions defending the ideals of independence and sovereignty of the territory. The search for this path of organization, aiming to elucidate the political theory which feeds the movements by women and feminists in Colombia, reveals itself as a challenge of this text, trying to understand what assumptions that contributed to the institutionalization of the discourse and the viability of public policies for this segment of society.

Key words: Women's movement, rights, citizenship, public policies.

Recebido em: 11.11.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

1 INTRODUÇÃO

Na pesquisa intitulada “Dinâmicas desenvolvidas na construção da Política Pública de Mulheres e a Equidade de Gênero na cidade de Bogotá, durante as administrações de 2004-2007 e 2008-2011”, onde a hipótese que orientou o estudo: *a participação de mulheres e feministas na administração pública contribui para a visibilidade de novos/as protagonistas sociais e para promover outras formas de ser e fazer política na cidade*, logrou-se identificar os processos de negociação, os acordos, tensões e contradições que são a base para compreender as dinâmicas que articularam a construção da Política Pública de Mulheres e Equidade de Gênero em Bogotá.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu o aprofundamento do significado de construir políticas públicas para mulheres na cidade de Bogotá, mas foi preciso a retomada da história sociopolítica não só da cidade de Bogotá, como também do contexto nacional, com especial ênfase na condição das mulheres.

A abordagem histórica permite identificar as dinâmicas, tensões e contradições vividas por homens e mulheres que lutaram e reivindicaram seus direitos. O papel das mulheres nos diversos cenários e os acontecimentos registrados ilustram os exercícios do poder, as negociações e rupturas que ocorreram nos espaços políticos, sociais, econômicos e culturais. Da mesma forma, é um reflexo das conquistas alcançadas pelas mulheres o que permite fazer agora uma nova leitura da realidade e do exercício de sua participação na política pública.

A história da humanidade tem sido parcial. Não foi a história das mulheres, ao ocultar os processos que vêm acompanhando a emancipação feminina, a conquista de seus direitos e o ato de serem incluídas como parte da humanidade. A história “universal” é repleta de guerras e dominação. Como bem assinala Miyares (2003, p. 162),

A história que nos foi transmitida é uma história de grandes batalhas, uma história das Nações na luta para realizar o seu destino. Uma história de sobrevivência, de luta, de guerra e poder. Uma força representada pela superioridade masculina.

Para identificar a participação das mulheres na história colombiana, foi necessário tomar como referência alguns momentos importantes,

nos quais foram visibilizados ou registrados alguns “protagonismos”. Nesse resgate histórico, foi considerado o período de duzentos anos do bicentenário da independência (1810-2010). Isso significou desvendar processos sob várias perspectivas na medida em que alguns eventos foram narrados por homens e, outros, registrados e escritos por mulheres. Em vários aspectos, se observou a participação das mulheres em ações que defendiam os de independência e soberania do território, bem como a sua proximidade com homens, reconhecidos por seu poder e liderança.

Apenas no final do século XIX, se vislumbram mulheres que defendiam os seus direitos como cidadãs. Mulheres que começaram a falar de liberdade, de igualdade, do direito à educação, ao voto e participação na vida pública. Tinham a audácia de propor a necessidade de serem “donas” do seu próprio destino. Em outras palavras, elas queriam ser “maiores de idade”.

As mulheres ousadas e também privilegiadas tinham deixado o espaço doméstico e familiar, sendo que algumas delas haviam estudado no exterior; outras pertenciam às classes sociais superiores e suas famílias ricas já estavam no poder político. Havia também mulheres que, por sua condição de trabalhadoras assalariadas e a sua ligação com o movimento sindical, alcançaram o direito de ser dirigentes e lutavam na defesa de seus direitos: um salário digno, regulamentação das horas de trabalho, direito à saúde, proteção à maternidade e o direito à educação.

No entanto, o cenário colombiano manteve algumas características que fazem a diferença em relação aos outros países da América Latina. Podem se destacar dois aspectos cruciais que marcaram sua história cheia de conflitos e de guerras. De um lado, as classes políticas que têm traçado o destino do país, mantendo, através dos anos, o poder e os controles: econômico, político, social, religioso e militar, sem permitir que outros grupos ou movimentos consigam seguir em frente e interferir em seus interesses, especialmente na concentração de terras e riquezas.

De outro lado, essas mesmas classes dirigentes permitiram a intervenção política, econômica e militar dos Estados Unidos nos destinos do país. Desde a cooperação norte-americana, a guerra se fortalece na Colômbia. Os Estados Unidos são o principal fornecedor de armas utilizadas para combater o tráfico de drogas e o terrorismo. Somados esses dois aspectos, nos últimos quarenta anos se fortaleceram os grupos armados (guerrilhas,

paramilitares, mercenários) aliados ao tráfico de drogas, armas e pessoas, com a participação, cumplicidade ou indiferença dos governantes.

Voltando a Miyares (2003), toda referência histórica constrói seus pressupostos a partir de uma teoria política que aporta na engrenagem conceitual e que não só descrevem os modelos de Estado e as formas de governo, mas também as teorias da história. No caso da Colômbia, a teoria política tem sido alimentada com propostas liberais fundadas na base da propriedade e das liberdades individuais que garantem o poder e a riqueza. Fortalecendo um Estado que defende as liberdades individuais, favorece a acumulação do capital, o livre mercado e, nas palavras de Cortes (2006, p. 74)

Os direitos conquistados nas décadas anteriores passaram a um processo de reformas pelo Estado para responder às políticas neoliberais.

Nesse cenário de tensão, conflito e conquista de direitos, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental para questionar as lógicas do poder institucionalizado. O papel mais importante que tem os movimentos sociais na Colômbia é o de resistência e de oposição à guerra, além da exigência pela garantia dos direitos constitucionais. Denúncias sobre crimes cometidos pelo Estado contra a população civil, grupos e organizações de opções políticas e ideológicas diferentes das impostas pelo sistema hegemônico e sobre as ações referentes à perseguição e ao desaparecimento de defensores e defensoras de direitos humanos são apresentadas aos organismos internacionais.

2 O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA REALIDADE COLOMBIANA

O Movimento de Mulheres e Feministas, na Colômbia, tem se alimentado da teoria política feminista, sob influência das “ondas” que chegaram da Europa e dos Estados Unidos, ao longo do século XX. Também o contexto da América Latina contribuiu significativamente com as realidades próprias das mulheres da região: defesa da igualdade, do direito à educação, do voto, da participação social e política, bem como do direito ao trabalho e à proteção social. Além dessas reivindicações, a mensagem do Movimento de Mulheres e Feministas provoca importantes impactos na sociedade. Entre seus princípios éticos e políticos, estão: defesa da

democracia em oposição à guerra, exigência e garantia do direito à vida e à dignidade humana; o direito à paz e à justiça social.

Ao longo da pesquisa, pôde-se observar como os direitos adquiridos pelas mulheres, às vezes, avançam e se consolidam e, em outros tempos, regridem. São passos para frente, para o lado e para trás. Segundo Valcárcel (2008), nenhuma lei histórica é necessária para reger os acontecimentos sociais, porque as involuções sempre são possíveis e nada está assegurado definitivamente; a democracia é um exercício político que exige sua constante defesa, implantação e aperfeiçoamento. Para Valcárcel (2008, p. 334)

Assim como os direitos não são algo que se tem, mas, no fundamental, constituem novos espaços que habitamos, eles vivem em nós e nós neles. Direitos e costumes marcam as possibilidades da vida.

Pensar qual tem sido a teoria política feminista que alimenta o Movimento de Mulheres e Feministas, na Colômbia, torna-se num grande desafio para compreender quais são os pressupostos teóricos que contribuíram para a institucionalização do discurso e a viabilização das Políticas Públicas e, neste caso, a Política Pública de Mulher, Gêneros e Diversidade Sexual, em Bogotá.

Na pesquisa, se observa uma atividade de mulheres em movimento, o que, nas palavras de Lamus (2010, p. 22),

Representa uma complexa genealogia do feminismo, que se dinamiza, dependendo dos conflitos, dos cenários e das propostas.

É claro que, em relação a alguns temas, como: o não à violência e à guerra, o direito de decidir (não penalidade do aborto) há uma proposta dialógica ou uma nova alternativa, como afirmou Carla García:

O feminismo deve ter uma proposta metodológica dialógica e procurar os pontos de convergência, o que nos une e não o que nos separa. (Informação verbal)¹.

E é o que acontece, às vezes, com o Movimento de Mulheres e Feministas: dependendo da conjuntura, das dinâmicas, do cenário, das propostas que estão em jogo, elas estabelecem

acordos ou não.

Nos processos de organização, participação e tomada de decisões sobre outro tipo de propostas, existem tendências que se tornam evidentes na negociação e na construção da agenda política. De acordo com Wills (2007), algumas se chamam *Independentes*, suas propostas estão distantes das lógicas institucionais e concebem o poder como um instrumento de dominação patriarcal; outro grupo é chamado de *Autonomistas*, que são as mais próximas para trabalhar com as iniciativas da sociedade civil e suas propostas são de incidência política, variando a partir do local, regional, até o nacional e internacional; e um terceiro grupo são as mulheres da *Dupla Militância*, que reivindicam sua participação ativa como mulheres nos partidos, questionando as lógicas do poder patriarcal, no interior desses partidos.

Por meio das reflexões e dos debates, as mulheres compreenderam que o Estado tem a responsabilidade de garantir um mínimo de participação cidadã e esse mínimo contribui para o fortalecimento da democracia participativa. Segundo Miyares (2003, p. 181)

Para articular uma democracia participativa se requer uma redefinição de liberdade e igualdade, porém uma canalização adequada através dos órgãos de representação legal e do sentido da coisa pública.

Não existe um consenso ético-político da sociedade sobre a importância da paridade, entendida como matéria-prima essencial para a democracia; para o exercício da cidadania; para o real significado da meritocracia; para a participação equilibrada de homens e mulheres nos poderes públicos e na tomada de decisões, segundo Valcárcel (2008, p. 165). A mesma autora também considera a paridade uma questão de Justiça:

Tanto a „discriminação positiva, como a paridade comprometem uma visão de justiça social e política que visa o *máximin* de entrada, mas também atinge os resultados finais, promovendo a igualdade de oportunidades e a nivelção dos alcances. (VALCÁRCEL, 2008, p. 165).

3 A DINÂMICA DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MULHER E GÊNEROS EM BOGOTÁ

Na pesquisa, tomou-se como referência os dois governos liderados pela esquerda, em Bogotá, e foi possível identificar a participação do Movimento de Mulheres e Feministas. O processo de negociação e debate com o partido Polo Democrático permitiu o encontro entre as autonomistas e o grupo de dupla militância, que “rendeu seus frutos e favoreceu o posicionamento do tema das mulheres e gênero na cidade”. (FUENTES, 2009, p. 158). No entanto, não atendeu às expectativas nem aos acordos que tinham sido propostos na agenda política com as mulheres, especialmente o reconhecimento institucional e a defesa por parte da administração pública para a criação da Secretaria da Mulher e Gêneros em Bogotá.

Outra iniciativa que esteve perto do Movimento de Mulheres e Feministas foi o LGBTI. Várias e vários militantes acompanharam o processo. Sua participação ficou evidente nas Mesas Diversas e na construção de documentos que argumentaram sobre o conceito de gêneros. Como resultado, o movimento LGBTI conseguiu posicionar a Política Pública para a garantia de seus direitos.²

Na proposta que defenderam as mulheres, em Bogotá, existia um fundamento teórico importante que resgata as abordagens acunhadas desde a década de 1990, que deram força aos movimentos sociais: o reconhecimento e a redistribuição como uma questão de Justiça. Segundo Nancy Fraser (2006), é um marco bidimensional, que engloba tanto o reconhecimento como a redistribuição. As duas contribuem para assumir as injustiças da sociedade capitalista, engajadas nas mudanças culturais e em diversas lutas para o reconhecimento e redistribuição igualitária. Sendo este o marco teórico no qual se fundamenta o Plano de Igualdade de Oportunidades para a Equidade de Gênero em Bogotá, lembrando que suas 120 ações se dirigem a:

Criar condições para alcançar a igualdade, o reconhecendo das diferenças constitutivas do humano, a consolidação do projeto de cidade inclusiva e democrática. (FUENTES, 2009).

Em Bogotá, as dinâmicas referentes à construção da Política Pública de Mulheres, Gêneros e Diversidade Sexual enfatizaram o

reconhecimento das mulheres, sua ampla visibilidade no público. Seus corpos e suas vozes diversas se fizeram sentir em espaços institucionais da administração pública, no território local e em seus próprios bairros. Para algumas, representou o desafio de influenciar com propostas concretas e conseguir o reconhecimento e a igualdade entre mulheres e homens, na cidade. Para outras, significou a aproximação nos espaços de poder, de tomada de decisões e da compreensão da “coisa pública” (ROCHA, 2009) que, na maioria das vezes, se mostrou distante e desconhecida para a cidadania em geral.

Pelas entrevistas e a informação recolhida na pesquisa, se observou que os espaços que se abriram, contribuíram para transformar as atitudes em relação à política, ao público-privado e à construção e desconstrução de subjetividades e identidades diversas. Entraram na disputa política, novas protagonistas sociais que trouxeram consigo propostas articuladas e negociadas a partir do coletivo. Elas colocaram em cena um desafio para Bogotá, como foi indicado por Ana Cecília:

Somos cidadãs e temos o direito a participar, influenciar em políticas que nos beneficiam a todas nós, e aos destinos da cidade. (Informação verbal)³.

A pesquisa mostra que o processo converteu-se na abertura de caminhos, de ver nelas um sujeito político, o reconhecimento como sujeito de direitos e de assumir um papel político e cidadão e a responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Isso significa que algumas alcançaram a compreensão do significado do político e da política desde o pessoal até o social. Como afirma Paulina:

Eu quero ser vereadora porque quero representar e influenciar como mulher, e participar das propostas que vão beneficiar a minha comunidade. (Informação verbal)⁴.

Da mesma forma, o poder que se exerce no cuidado da “coisa pública”, como afirmaram as mulheres sobre os contratos indevidos: “vamos denunciar e nos opor para que não contratem essas entidades” (Informação verbal)⁵.

A cidadania das mulheres no contexto colombiano é observada como “uma concessão” e não como um direito. Identificam-se os pontos

fracos de uma democracia que não garante a igualdade, nem a liberdade. Durante as duas administrações da cidade, o Movimento de Mulheres e Feministas teve que demonstrar que existem situações de desigualdade entre homens e mulheres; denunciar as limitações para participar nos espaços institucionais e lhes exigir respeito e reconhecimento.

Para que a cidadania das mulheres seja plena, devem ser asseguradas quatro ações, que se desdobram em liberdade e igualdade. O ideal de liberdade configura as ações próprias do que significa ser cidadã: a eleição e a participação no público. Do ideal de igualdade, se derivam também duas ações: a redistribuição da riqueza e o reconhecimento ou consideração do outro ou outra como igual. (MIYARES, 2003).

Indiscutivelmente, no cenário de Bogotá, se fez um exercício democrático com múltiplas imperfeições, mas que se tornou uma possibilidade de consolidar outras alternativas políticas e cidadãs, especialmente num país que vem enfrentando um conflito social, político, econômico e armado por várias décadas.

4 CONCLUSÃO

Ao longo da história, as mulheres têm se mobilizado, denunciado, emancipado e reivindicado sua condição de indivíduos para serem reconhecidas como humanas. A conquista de seus direitos representa uma das revoluções mais importantes na história da humanidade.

Novamente, as tensões e contradições dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda voltam ao debate. A pergunta que surge é: Para gerar grandes transformações ou transformar as estruturas sociais existentes, visando à construção de uma nova sociedade, se necessita de mais espaço e poder nas estruturas existentes? Talvez essa questão seja uma constante no debate e nas forças para construir um mundo melhor ou, como bem se afirma: “outro mundo é possível.”

No entanto, a defesa de uma proposta democrática considera que qualquer totalitarismo, fanatismo ou fundamentalismo reforça o controle social, o controle normativo; limita o potencial humano; e impede as garantias mínimas para a integridade do ser.

Só a democracia, quanto mais profunda e participativa seja, assegura o exercício das liberdades e o gozo dos direitos adquiridos. Por imperfeita que seja, é

sempre melhor que uma ditadura de qualquer natureza. (VALCÁRCEL, 2008, p. 324).

A defesa da democracia será um exercício de resistência à guerra, e as mulheres da Colômbia conhecem muito bem esse princípio, por isso, estão posicionadas e continuam trabalhando pela vida, paz, igualdade, justiça e dignidade humana.

REFERÊNCIAS

CORTES, C. L. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 2006.

FUENTES, L. Y. Políticas públicas para la diversidad en Bogotá: la incidencia de las mujeres. **Revista Nómadas**, Bogotá, n. 30, p. 148-162, abr. 2009.

FRASER, N. **¿Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico.** Madrid: Paideia Morata, 2006. 207p.

LAMUS, C. D. **De la subversión a la inclusión: movimientos de mujeres de la segunda ola en Colombia, 1975-2005.** Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2010. 336 p.

MIYARES, A. **Democracia feminista.** Madrid: Ed. Cátedra. 2003. (Colección Feminismos).

ROCHA, M. B. P. da. **O movimento de mulheres em interlocução com o governo federal na construção de políticas para mulheres no Brasil, 2002-2006.** 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

VALCÁRCEL, A. **Feminismo en el mundo global.** Madrid: Cátedra, 2008. 340 p.

WILLS, M. E. **Inclusión sin representación: la irrupción política de las mujeres en Colombia 1970 – 2000.** Bogotá: Editorial Norma, 2007.

NOTAS

¹ Aula da Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. A (Queer) e agora: a heteronormatividade em questão, 2 de março de 2011.

² Decreto 608, de 2007 - “Política Pública para a garantia plena dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais”.

³ Entrevista concedida em Bogotá em novembro de 2010.

⁴ Entrevista concedida em Bogotá em novembro de 2010.

⁵ Entrevista concedida em Bogotá em novembro de 2010 por Paula Triviño.

Eucaris Olaya

Assistente Social

Doutoranda em Serviço Social do Programa de Estudos em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professora do Programa de Trabalho Social da Universidad de La Salle de Bogotá

E-mail: eolaya@unisalle.edu.co;
eucaris.olaya@gmail.com

Universidad de La Salle de Bogotá - UNISALLE

Sede La Candelaria, Cra. 2 No. 10-70, Bogotá - Colombia